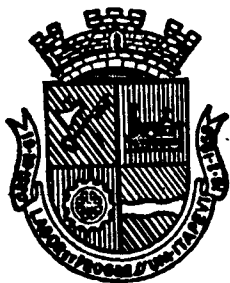


# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

Lei nº 1372  
07/10/97



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO N.º 044/97**

**PROJETO N.º 030/97**

de Lei

**INTERESSADO** Prefeitura Municipal de Itapevi

**ASSUNTO** " Confere nova redação ao artigo 1º da Lei

Municipal nº 1.136, de 12 de maio de de 1993."

Lei 1372

DIGITALIZADO  
POR 



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM Nº 008/97**

Itapevi, 22 de setembro de 1997

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação desse Legislativo, o anexo Projeto de Lei, que confere nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.136, de 12 de maio de 1993.

O Projeto de Lei que deu origem à Lei Municipal 1.136, de 12 de maio de 1993 foi encaminhado à essa Augusta Casa de Leis através da Mensagem nº 024/93, que continha dois anexos, denominados "Anexo 6 - Modelo de Termo de Convênio" e "Anexo 3 - Modelo de Lei Municipal que Autoriza o Prefeito a Celebrar Convênio", ambos procedentes do Governo do Estado.

Portanto, para viabilizar a análise da propositura em tela, já que esta se reporta a modificações no texto original estabelecido, seguem cópias da Lei Municipal nº 1.136/93, do Projeto de Lei que lhe deu origem e da respectiva Mensagem 024/93 e seus anexos, documentos que devidamente esclarecem os objetivos do convênio, bem como segue cópia do Decreto Estadual nº 36.546, de 15 de março de 1993, que instituiu o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC.

Quanto às modificações apresentadas em nova redação para o artigo 1º da Lei 1.136/93, apresento, a seguir, as devidas justificações:

**Inclusão das palavras "reformas e adequações":**

O programa denominado PAC abrangerá não somente as áreas de construções e ampliações, como inicialmente previsto, mas também reformas e adequações de prédios escolares, motivo porque tais termos devem constar expressamente do texto legal editado.

**Supressão da palavra "estaduais":**

As medidas necessárias à viabilização do convênio relativo ao programa PAC foram estabelecidas antes do início dos procedimentos de municipalização, de forma que é necessário adaptá-las aos termos da legislação vigente que trata da municipalização, de forma que o objeto do convênio possa abranger não somente as escolas estaduais, como ficou inicialmente previsto, mas também as escolas municipais e municipalizadas.

Considerando a necessidade de breve posicionamento deste Executivo ao Governo do Estado quanto as alterações necessárias na Lei Municipal em vigor, bem como considerando que a execução do convênio supra referido é de relevante interesse para a população itapeviense, dou à matéria o caráter de urgência,



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

solicitando seja a apreciação realizada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa conferida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
SÉRGIO MONTANHEIRO  
Prefeito



Excelentíssimo Senhor  
ROBERTO TOSHIO SATO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 030/97

(Confere nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.136, de 12 de maio de 1993)

**SÉRGIO MONTANHEIRO**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.136, de 12 de maio de 1993, que dispõe sobre convênio para implantação e desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênios e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de construções, ampliações, reformas e adequações de prédios escolares."*

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 22 de setembro de 1997

  
**SÉRGIO MONTANHEIRO**  
Prefeito



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 024/93

Itapevi, 10 de maio de 1993

Senhor Presidente,

Através da presente, tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC.

Para viabilizar a análise da matéria em tela, encaminho, anexo, modelo do convênio a ser firmado em face da autorização desse Legislativo, fornecido pelo Governo do Estado para o devido esclarecimento da proposta.

No instrumento ora referido, claramente se observa que o Município terá, basicamente, a função gerenciadora, cabendo-lhe — sempre com acompanhamento técnico da Fundação para o Desenvolvimento da Educação e normativo da Secretaria da Educação — a contratação da obra e o repasse dos recursos destinados à sua execução pela Secretaria, órgão ao qual o Município prestará contas.

O projeto em pauta é, indiscutivelmente, de suma importância para o Município, onde a carência de vagas no ensino público se faz flagrante, impedindo que nossos jovens obtenham melhores colocações no mercado de trabalho, já que a instrução básica se apresenta, hoje, condição primordial para que possam adentrar na acirrada disputa que se firma em torno de cada vaga disponível.

O Município não possui recursos para suprir, por si, a demanda, motivo porque a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC se torna medida viável para sanar o problema ou, ao menos, amenizar o sofrimento da nossa juventude nessa questão, o que se pretende com a assinatura do convênio, devidamente autorizada por essa Colenda Casa de Leis.

..../..



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

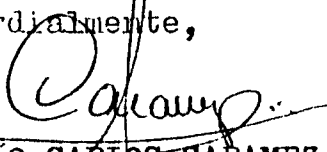
ESTADO DE SÃO PAULO

fl.02

O teor da presente Mensagem relata a importância da matéria colocada à apreciação, ensejando a consideração de urgência, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
JOÃO CARLOS CARAMEZ  
Prefeito Municipal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
VAITER FRANCISCO ANTONIO  
DD.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ITAPEVI-SP.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - FAC

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**ART. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de construções e ampliações de prédios escolares estaduais.

**ART. 2º** Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

**ART. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 10 de maio de 1993

  
JOÃO CARLOS CARAMEZ  
Prefeito Municipal



**Anexo 6 - Modelo de Termo de Convênio:**

**TERMO DE CONVÊNIO** celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO** e o **MUNICÍPIO DE** \_\_\_\_\_, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC.

(PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_).

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada **SECRETARIA**, neste ato representada pelo seu Titular, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado nos termos do Decreto nº 36.546, de 15 de março de 1993, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, doravante denominada **F.D.E.**, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, devidamente autorizado nos termos do Decreto nº 27.102, de 23 de junho de 1987 e do Decreto nº 36.546, de 15 de março de 1993, e o Município de \_\_\_\_\_, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 199\_\_\_\_, têm entre si justo e acertado celebrar o presente Convênio, que estará sujeito às normas da Lei nº 6.544 de 22 de novembro de 1989, no que couber, com as Cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

Os Partícipes comprometem-se a executar, mediante mútua colaboração, a construção e/ou ampliação de prédio(s) escolar(es) estadual(ais) relacionado(s) na Cláusula Quarta, no Município de \_\_\_\_\_, respeitada a priorização das obras constantes do plano integrante do processo, que será definido em conjunto pelos Partícipes, respeitadas as diretrizes e normas pedagógicas da **SECRETARIA**, com orientação técnica da **F.D.E.**.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO PLANO DE OBRAS**

A **SECRETARIA**, a **F.D.E.** e o **MUNICÍPIO**, mediante ação conjunta, a partir do parecer apresentado pelos Responsáveis pela Educação no Município - REM, deverão estabelecer o plano de obras que fará parte integrante do Programa de Ação Cooperativa.

§ 1º - O plano de obras será constituído por um conjunto de obras estaduais localizadas no **MUNICÍPIO**.

§ 2º - O plano será executado de acordo com a priorização estabelecida pelos Partícipes e segundo a disponibilidade financeira da **SECRETARIA**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

#### **I - OBRIGAÇÕES COMUNS:**

- a). fazer cumprir o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, respeitando seus objetivos e suas particularidades;
- b). proporcionar, reciprocamente, facilidades para:
  - 1- adequada implantação e desenvolvimento do Programa;
  - 2- fluxo de dados e informações;
  - 3- apoio mútuo entre os Partícipes na utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis;
  - 4- supervisão da implantação, execução e avaliação do Programa objeto deste Convênio.

#### **II - OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA:**

- a). prestar orientação normativa na área administrativa;
- b). destinar recursos financeiros para a execução deste Convênio;
- c). acompanhar, avaliar e ajustar as atividades previstas neste Convênio;
- d). reservar em seu orçamento, nos exercícios subsequentes, os recursos para atender aos compromissos decorrentes deste Convênio.

#### **III - OBRIGAÇÕES DA F.D.E.:**

- a). prestar orientação técnica nas áreas de construção e ampliação de prédios escolares;
- b). garantir pessoal técnico necessário ao desenvolvimento das ações previstas no Programa, assegurando sua remuneração e demais obrigações correlatas, de acordo com as disposições legais e regulamentares vigentes;
- c). efetuar a análise técnica e avaliação dos custos por projeto;

d). acompanhar e controlar as obras em execução, através de vistorias mensais, com elaboração de relatórios de avaliação com vistas ao desenvolvimento do cronograma físico-financeiro e à liberação das parcelas previstas na Cláusula Sexta deste Termo;

e). acompanhar e avaliar as atividades previstas neste Convênio, respeitando o princípio de ação conjunta e cooperativa.

#### **IV - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

a). criar instrumentos legais e regulamentares, em nível municipal, que viabilizem a execução das Cláusulas deste Convênio e de seus Termos Aditivos;

b). assegurar pessoal necessário ao desenvolvimento das ações previstas no Programa objeto deste Convênio, observadas as disposições legais e regulamentares e respeitado o princípio de ação conjunta e cooperativa;

c). aplicar com critério e rigor, no âmbito de suas atribuições aqui conveniadas, os recursos Estaduais e Municipais alocados para a execução deste Convênio;

d). destinar recursos financeiros necessários à execução deste Convênio, conforme o cronograma de desembolso estabelecido;

e). permitir vistorias, a serem realizadas pela F.D.E.;

f). solicitar à *SECRETARIA* medições das obras em execução, a serem efetuadas pela F.D.E., com vistas à liberação de parcelas previstas na Cláusula Sexta deste Termo de Convênio;

g). reservar em seu orçamento, para os exercícios subseqüentes, os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes deste Convênio;

h). prestar contas dos recursos recebidos através deste Convênio,

i). recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas, até o final do exercício, destinadas pela *SECRETARIA* à execução das obras.

## CLÁUSULA QUARTA DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

I - A execução do Convênio ficará a cargo dos órgãos da *SECRETARIA*, da *F.D.E.* e do *MUNICÍPIO* no âmbito de suas respectivas competências e atribuições.

II - Cada Partícipe se responsabilizará pela contratação que fizer, na forma da Lei.

III - Caberá ao *MUNICÍPIO* a administração financeira dos recursos que a *SECRETARIA* lhe destinar para a execução das obras.

IV - A(s) obra(s) abaixo relacionada(s), constantes do Plano de Obras que instrui o Processo, será(ão) realizada(s), no regime de execução direta e/ou indireta, atendendo às normas e padrões vigentes na *SECRETARIA*, mas sob inteira responsabilidade do *MUNICÍPIO*, que arcará com os ônus decorrentes, inclusive contra terceiros, bem como com todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e legais advindos de sua execução, realizando, às suas expensas, os ensaios tecnológicos de concreto, aço e compactação de aterro, de acordo com as normas da ABNT:

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	VALOR
-------------	-------------	-------------	-------

## CLÁUSULA QUINTA DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - O valor do presente convênio é de Cr\$ , cabendo à *SECRETARIA DA EDUCAÇÃO* Cr\$ e ao *MUNICÍPIO* Cr\$ correndo a despesa da *SECRETARIA* , no montante de Cr\$ à conta do Elemento Econômico do orçamento vigente e o restante à conta dos exercícios futuros, conforme abaixo especificado:

I- Para a execução do presente Termo a *SECRETARIA* repassará para o *MUNICÍPIO*, durante o prazo previsto de execução da obra, recursos financeiros no(s) valor(es) a seguir discriminado(s) por obra, com indicação das Classificações Econômica e Funcional Programática, bem como da Unidade de Despesa:

### - CONSTRUÇÃO:

C.E.:	
C.F.P.:	
U.D.:	
Obra:	
Denominação/Localização	Valor Cr\$

### - AMPLIAÇÃO:

C.E.:	
C.F.P.:	
U.D.:	
Obra:	
Denominação/Localização	Valor Cr\$

II - Os recursos financeiros do *MUNICÍPIO*, no valor de Cr\$  
( ), onerarão o orçamento da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A movimentação dos recursos financeiros deste Termo será feita exclusivamente através da conta de crédito especial, aberta pelo *MUNICÍPIO*, junto

§ 2º - Para os próximos exercícios, durante a vigência deste Convênio, os Partícipes deverão assegurar em seus orçamentos os valores necessários à realização do objeto previsto neste Acordo.

§ 3º - Os recursos financeiros necessários à execução das demais obras previstas na cláusula quarta só serão repassados após a conclusão das obras priorizadas nesta cláusula.

§ 4º - Em casos excepcionais, poderá ser alterada a priorização estabelecida nesta cláusula, mediante parecer favorável do REM e aprovação prévia da SECRETARIA.

#### **CLÁUSULA SEXTA** **DA FORMA DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A SECRETARIA efetuará repasses ao *MUNICÍPIO* dos recursos financeiros previstos neste Termo de Convênio, em 03 (três) parcelas:

- 1 - 50% do valor total no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura deste Termo;
- 2 - 40% do valor total, quando a obra atingir 50% de sua execução;
- 3 - 10% do valor total, quando a obra atingir 90% da sua execução.

§ 1º - O repasse da 2ª parcela dependerá da solicitação de medição por parte do *MUNICÍPIO* e do resultado da medição que será efetuada pela F.D.E.

§ 2º - O repasse da 3ª parcela dependerá da solicitação de medição por parte do *MUNICÍPIO* e do resultado de medição que será efetuada pela F.D.E.

§ 3º - A inobservância dos prazos estipulados no cronograma físico da obra, parte integrante do processo, dará à SECRETARIA a possibilidade de obstar os repasses de recursos previstos e rescindir o presente Termo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DA SUPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Ocorrendo a necessidade e havendo disponibilidade financeira, a *SECRETARIA* e o *MUNICÍPIO* se obrigam a suplementar o valor deste Convênio, através de Termos de Aditamento, firmados entre os signatários e observado, como limite, o parâmetro estabelecido pela F.D.E. relativamente à variação do custo do metro quadrado da construção e atendidas as normas legais e regulamentares pertinentes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para efeito de cálculo do valor da suplementação, considera-se a variação do custo do metro quadrado da construção escolar apurado pela F.D.E., no período compreendido entre o mês da assinatura do Termo de Convênio e o mês da assinatura do Termo de Aditamento.

## **CLÁUSULA OITAVA DAS MODIFICAÇÕES NO PROJETO**

O *MUNICÍPIO* somente poderá introduzir modificações no Projeto ou Especificações, desde que as mesmas sejam previamente aprovadas pela F.D.E. e pela *SECRETARIA*, devendo estas seguirem o padrão construtivo do prédio.

## **CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES**

O presente Convênio poderá ser reformulado ou alterado pelos signatários mediante Termos Aditivos, tendo em vista a conveniência e interesse dos Partícipes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA DA DIVULGAÇÃO**

O *MUNICÍPIO* deverá promover a divulgação deste Termo (objeto, valor, prazos, etc.) para toda comunidade local, através dos principais meios de comunicação do *MUNICÍPIO* e, pela mesma razão, confeccionar e manter na obra, em local visível, placa com os dados da mesma, de acordo com modelo fornecido pela *SECRETARIA*.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO**

**SECRETARIA:** Concluídos todos os serviços, deverão ser apresentados à

- 1- Relatório circunstanciado de responsabilidade do profissional a que se refere a letra "e", item IV, da Cláusula Terceira deste Convênio.
- 2- Relatório da vistoria realizada pela *F.D.E.*.
- 3- Pelo *MUNICÍPIO*, Certidão Negativa de Débito - C.N.D., junto ao INSS, ou declaração de que não recolhe IAPAS.
- 4- Prestação de contas por parte do *MUNICÍPIO*, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de obra nova deverá ser feita a entrega da chave à Delegacia de Ensino competente, que deverá lavrar o Termo de Recebimento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

No caso de aplicação indevida da verba consignada pela *SECRETARIA*, será exigida sua devolução, acrescida de juros e correção monetária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá a duração de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente até o limite de 05 (cinco) anos, caso não haja manifestação em contrário, até 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, por nenhum dos Partícipes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A vigência dos Termos Aditivos será a partir da data de assinatura até o limite da vigência do Convênio ao qual se vincula.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  
DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU RESOLUÇÃO**

I - O Convênio poderá ser desfeito, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes, ou denúncia de qualquer deles, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

II - O Convênio poderá ser rescindido por infração legal ou convencional, respondendo pelas perdas e danos o Partícipe que lhes der causa.

III - O Secretário da Educação, o Diretor Executivo da F.D.E. e o Prefeito Municipal são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio.

§ 1º - Em caso de denúncia ou rescisão deste Convênio, a **SECRETARIA** entrará imediatamente na posse da(s) obra(s), dos materiais e demais elementos necessários à continuidade dos serviços, cabendo ao **MUNICÍPIO**, posteriormente, o ressarcimento devido mediante acerto de contas e observados os preços conveniados.

§ 2º - Toda e qualquer importância que venha a ser devolvida por parte do **MUNICÍPIO** à **SECRETARIA** deverá ser acrescida de juros e correção monetária, calculada com base na variação do valor do índice adotado pelo Governo do Estado de São Paulo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos que surgirem na vigência deste Acordo serão solucionados por consenso dos convenientes, por meio de assinatura de instrumento específico.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA  
DO FORO**

Fica eleito o Foro da Capital do Estado para dirimir todas as questões resultantes da execução deste Convênio, após esgotadas as instâncias administrativas.

E por estarem de acordo, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de \_\_\_\_\_ de 1993.

\_\_\_\_\_  
**SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
**DIRETOR EXECUTIVO DA F.D.E.**

\_\_\_\_\_  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**TESTEMUNHAS:**

1º \_\_\_\_\_

2º \_\_\_\_\_



**Anexo 3 - Modelo de Lei Municipal que Autoriza o Prefeito a Celebrar Convênio**

LEI Nº , de de de 199 .

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC.

O Prefeito Municipal de ..... Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de ..... aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de: construções e ampliações de prédios escolares estaduais.

**ARTIGO 2º** - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

**ARTIGO 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de .....

---

**PREFEITO MUNICIPAL**

DECRETO N. 36.546 — DE 15 DE MARÇO DE 1993

**Institui o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município  
para Construções Escolares**

Luiz Antonio Fleury Filho, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em face de Exposição de Motivos do Secretário da Educação,

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino;

Considerando que os problemas vividos pelo sistema oficial de educação do Estado devem ser enfrentados pela ação cooperativa das três esferas da Administração Pública;

Considerando a importância da participação da Comunidade no equacionamento e na resolução dos problemas vivenciados no seu Município;

Considerando que a ampliação do atendimento ao alunado é também responsabilidade do Estado;

Considerando que o Estado deve participar do esforço cooperativo para criar condições reais para melhorar o atendimento da clientela escolar;

Considerando que a ação integrada Estado-Município poderá racionalizar a aplicação dos seus recursos na escola pública, em razão da maior agilidade na identificação dos problemas, proposição de soluções e tomadas de decisão em nível local, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares — PAC, com o objetivo de contribuir para a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão.

Art. 2º O PAC será desenvolvido pela ação integrada do Governo do Estado com as Prefeituras, em regime de trabalho solidário no emprego de recursos para a melhoria da escola pública.

Art. 3º Para a implantação e desenvolvimento do PAC fica o Secretário da Educação autorizado a celebrar convênios nos termos do modelo anexo ao presente Decreto.

§ 1º Os projetos referentes às obras constantes dos Termos de Convênio, fornecidos pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação — FDE ou elaborados pelas Prefeituras Municipais sob a orientação técnica da FDE, deverão ter aprovação prévia da Fundação.

§ 2º Além da documentação legalmente exigida, os pedidos de celebração de Convênio, obrigatoriamente, deverão estar acompanhados de:

1 — relação nominal dos responsáveis pela Educação no Município — REM;

2 — parecer do REM;

3 — projeto(s) da(s) obra(s) a ser(em) realizada(s), incluindo cronograma físico, memorial descritivo e orçamento detalhado;

4 — cópia da Lei Municipal autorizando a celebração do Convênio;

5 — cópia da escritura de doação do terreno que poderá estar vinculada à construção de prédio escolar, nos termos deste Decreto.

6 — indicação pela FDE do profissional responsável pela fiscalização da execução das obras;

7 — indicação pela Prefeitura do profissional responsável pelas obras em nível municipal.

Art. 4º A Secretaria da Educação, na execução do PAC, poderá, sempre que conveniente, desenvolver ações integradas com outras Secretarias de Estado e com Órgãos Federais.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n. 30.375<sup>(1)</sup> de 13 de setembro de 1989, respeitado o término de vigência dos Convênios celebrados nos termos do mesmo.

(1) Leg. Est., 1989, pág. 811.

DECRETO N. 36.547 — DE 15 DE MARÇO DE 1993

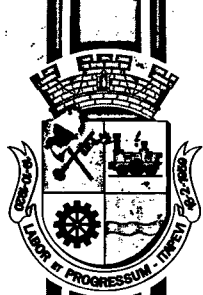
**Institui o Campeonato Escolar de Esportes do Estado  
de São Paulo, e dá outras providências**

Luiz Antonio Fleury Filho, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, diante da Exposição de Motivos dos Secretários da Educação e de Esportes e Turismo, e

Considerando que é dever do Estado apoiar e incentivar as práticas esportivas, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Campeonato Escolar de Esportes do Estado de São Paulo, com edição anual.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria da Educação e à Secretaria de Esportes e Turismo a realização do campeonato de que trata este artigo, devendo ser incluído em seus respectivos Plano de Trabalho Anual e Calendário.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Parecer nº 026, de 1997 das Comissão nºs I e II sobre o Projeto de Lei nº 044, de 1997

De autoria do Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Montanheiro, o Projeto em epígrafe, altera a dispositivo da Lei Municipal nº 1.1336, de 12 maio de 1993.

A propositura esteve em pauta, nos termos regimentais, não tendo recebido emendas ou substitutivos.

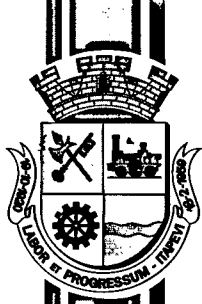
A presente iniciativa trata de matéria cuja competência enquadra-se dentro da esfera do Poder Executivo, satisfazendo as condições de legalidade e constitucionalidade a sua aprovação.

O inciso XVII do artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Itapevi estabelece que é de competência ao Prefeito, propor convênios, ajustes e contratos de interesse municipal.

Tem-se assim que, satisfeitas as condições de legalidade e constitucionalidade da presente iniciativa, nosso parecer é pela sua aprovação.

Quanto ao mérito da presente propositura, nosso parecer, também é pela sua aprovação.

Com efeito, a presente propositura tem por objetivo a mera adequação do texto da legislação municipal, ampliando os convênios para construção das escolas estaduais com o Estado, para a construção também das escolas municipais, bem como autorizando a reforma ou ampliação dos referidos estabelecimentos de ensino.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Como se vê, a propositura amplia os convênios do município com o Estado, como forma de propiciar a melhoria do ensino em nosso município.

Por estas razões, no mérito, nosso parecer é também pela ~~na~~ aprovação da presente propositura.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1997

## Comissão I

*Flaudisalino*  
Flaudio Azevedo Lima - Presidente

*Maria Ruth*  
Maria Ruth Banholzer

*Antonio Rodrigues da Silva*  
Antonio Rodrigues da Silva

*Valter Francisco Antonio*  
Valter Francisco Antonio

*Luciano Oliveira Farias*  
Luciano Oliveira Farias

## Comissão III

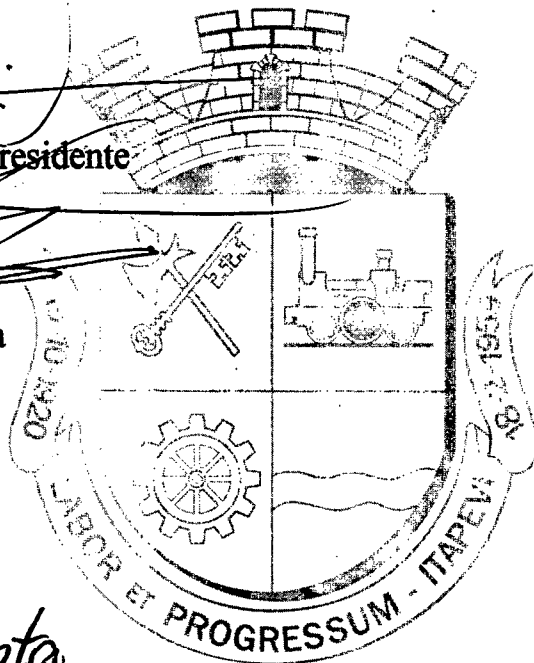
*Júlio César de Moraes*  
Júlio César de Moraes - Presidente

*João Moura Rodrigues*  
João Moura Rodrigues

*Norma Lúcia Ribeiro Souza*  
Norma Lúcia Ribeiro Souza

*Juarez Aparecido Pinto Vilares*  
Juarez Aparecido Pinto Vilares

*Nerival José Druzian*  
Nerival José Druzian





## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO

062

LEI Nº 1.136, DE 12 DE MAIO DE 1993.

"Autoriza o Poder Executivo a cele  
brar Convênio com o Estado de São  
Paulo, por intermédio da Secretaria  
da Educação e da Fundação para o De  
senvolvimento da Educação, objetivan  
do a implantação e o desenvolvimento  
do Programa de Ação Cooperativa Es  
tado-Município para Construções Esco  
lares-PAC."

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Municí  
pio de Itapevi,

Faço saber que a Câmara Municipal apro  
vou e eu sanciono e promulgo a seguinte  
Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a cele  
brar Convênio e Termos Aditivos com  
o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e  
da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implan  
tação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Mu  
nicípio para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de  
construções e ampliações de prédios escolares estaduais.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo Executivo  
autorizado a tomar as providências ne  
cessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposi  
ções em contrário.

Itapevi, 12 de maio de 1993

  
JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito Municipal




## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAPEVI

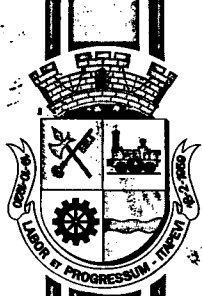
ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

063

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 12 de maio de 1993.

  
ADALFREDO DE CASTRO DA SILVA  
- Assessor Chefe -



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

## VOTAÇÃO NOMINAL

- PROJETO DE LEI.....Nº 30197  
- PROJETO DE RESOLUÇÃO....Nº 1  
- DECRETO LEGISLATIVO.....Nº 1  
- REQUERIMENTO.....Nº 1  
- MOÇÃO.....Nº 1

DISCUSSÃO: ( ~~1ª~~ ) - ( 2ª ) - ( ) Única

## VOTO DOS VEREADORES

	SIM	NÃO	JUSTIF.
ANTONIO CARDOSO FILHO.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FLAUDIO AZEVEDO LIMAS.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GEONE XAVIER PEREIRA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JOÃO FERREIRA DO MONTE.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JOÃO MOURA RODRIGUES.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JUARez APARECIDO PINTO VILARES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JULIO CEZAR DE MORAES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LINEU ALBERTO DE GÓES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MARIA RUTH BANHOLZER.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NORIVAL JOSÉ DRUZIAN.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAULO ROGÍERIO DE ALMEIDA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RENATO ANDRADE RIBEIRO.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ROBERTO TOSHIO SATO.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VALTER FRANCISCO ANTONIO.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SOMA.....	<u>13</u>	<u>0</u>	<u>0</u>



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

## AUTOGRAFO N.º 017/97

(Projeto de Lei n.º 030/97 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando de suas atribuições legais, APROVA A SEGUINTE LEI:

"Confere nova redação ao art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.136, de 12 de maio de 1.993"

Art. 1.º - O Art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.136, de 12 de maio de 1.993, que dispõe sobre convênio para implantação e desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênios e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de construções, ampliações, reformas e adequações de prédios escolares."

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 1.º de outubro de 1.997.

  
**ROBERTO TOSHIO SATO**  
Presidente

  
**PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA**  
1.º Secretário





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. 044/97  
Proj. 030/97

## LEI Nº 1372, DE 07 DE OUTUBRO DE 1997

(Confere nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.136, de 12 de maio de 1993)

**SÉRGIO MONTANHEIRO**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.136, de 12 de maio de 1993, que dispõe sobre convênio para implantação e desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênios e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de construções, ampliações, reformas e adequações de prédios escolares."**

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 07 de outubro de 1997

  
**SÉRGIO MONTANHEIRO**  
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 07 de outubro de 1997.

  
**LAÉRCIO ARMANDO COELHO**  
Secretário de Governo

